PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 7ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

Local: Sala de Reunião da SEPLAN/PCR – 5ª andar
Data: 30 de agosto de 2017
Horário: 09h29 às 12h25

Pauta:

- ✓ Plano Específico Santo Amaro Norte;
- ✓ Outros informes.

Participantes da reunião da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: José Domingos, Alexandre Sávio, Vera Freire e Sandra Nunes.

- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Luis de La Mora (UFPE).

- ✓ Dos Conselheiros representando o Empresariado: Sandro Guedes (ADEMI).

- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Leonardo Cisneiros (DU).

- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: José Fernandes Jr., Fernando de Alcântara (Poder Público), Socorro Cavalcanti (Poder Público), Jane Toscano (Poder Público), Carlos Alberto (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público), Arnaldo Umbelino (Poder Público), Glória Brandão (Poder Público), Eliane Cabral (Poder Público), Adriana Figueira (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), Emília Avelino (Poder Público), Camila Fernandes (Rede meu Recife), André Torres (Movimento Resiste Santo Amaro) e Felipe Cury (Movimento Resiste Santo Amaro).

Resumo da reunião:

- ✓ Às 09h apenas João Domingos (Poder Público) e Sandra Nunes (Poder Público) estavam presentes à reunião.

- ✓ Às 9h29 com o quórum suficiente, iniciou-se a reunião. João Domingos (Poder Público), com a palavra, apresentou a ata da 5ª reunião, que foi aprovada por todos. Fez uma breve retrospectiva do processo de debate sobre o Plano Santo Amaro Norte, efetivado com diversas entidades da organização civil, inclusive com a Audiência Pública, em 22/08/17. Nessa audiência, foi lançada e aprovada a proposta de reunião, na comunidade, para apresentação e discussão do Plano. Ressaltou que a reunião significa mais um espaço de escuta junto à comunidade. Referiu-se ao debate ocorrido na véspera (29/08/17), na UFPE, com a participação da comunidade universitária

e outros segmentos da sociedade e informou, ainda, a solicitação de uma reunião com o Ministério Público, porém, até aquele momento, não havia resposta.

- ✓ Luis de La Mora (UFPE) explicou que a reunião ocorrida na UFPE significou mais que um debate. Considera que houve posicionamentos políticos em detrimento de uma avaliação técnica. Enfatizou que é necessário um aprofundamento do debate técnico, não apenas pelos professores da universidade ~~e~~, mas também, pelos demais segmentos. Observou que alguns aspectos precisam ser aprofundados e informou que o grupo do debate da UFPE contou com a participação de 47 pessoas. Destacou a importância da leitura do documento disponibilizado no site, como também do parecer publicado pela UNICAP. Solicitou um prazo de 10 dias para o envio das contribuições, e externou sua preocupação com a qualidade do plano.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) falou que esse debate ocorre há apenas duas semanas e que há a necessidade de um tempo maior para se debater o Plano devido a sua complexidade, não só por se tratar de área de ZEIS, mas também, pela existência de áreas de proteção ambiental e de preservação do patrimônio histórico. Ressaltou a importância do envolvimento de maior número de entidades com o debate e o seu aprofundamento.-Considerou que o Plano tem informações incompletas, as quais precisam ser trabalhadas. Propôs rever o calendário para conclusão do processo de contribuição das entidades que estão envolvidas. Perguntou ainda se o evento que ocorrerá em Santo Amaro será uma Audiência Pública ou uma reunião.

- ✓ João Domingos (Poder Público) informou que ~~é~~ será uma reunião e não terá o caráter de Audiência Pública.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) informou que na segunda-feira passada, dia 28/8, aconteceu um workshop sobre instrumentos urbanísticos, promovido pela ADEMI e SINDUSCON, com especialistas de Curitiba, no qual o Plano Santo Amaro Norte foi alvo de avaliação. Os participantes avaliaram experiências exitosas e desastrosas, e chegou à conclusão da necessidade de se aprofundar a viabilização financeira do Plano. Exemplificou que, no município de São Paulo, está sendo realizada uma operação urbana em uma área com cinco mil hectares. Avalia que o Plano não deve tratar apenas do desenho, mas igualmente, de sua viabilidade econômica, ou seja, refletir sobre o tipo de instrumento que será viabilizado para a captação de recursos.

- ✓ Luis de La Mora (UFPE) lembrou que a preocupação com a questão financeira também foi expressa na reunião da UFPE. Informou que criou um grupo para se discutir essa questão.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) lembrou que essa é uma questão muito importante.

- ✓ João Domingos (Poder Público) informou que, até ~~o~~ aquele momento, o ICPS havia recebido apenas uma contribuição formal ao Plano, enviada pelo ~~do~~ engenheiro José Brito. Lembrou que o Plano está aberto a contribuições e o prazo poderia ser estendido, após consulta ao Secretário de Planejamento Urbano, Antônio Alexandre. Com relação à viabilidade econômica do Plano, ~~é~~ considera que é possível que se faça um ajuste considerando a demanda e as possibilidades de

viabilizar recursos. Ressaltou que entidades como a ADEMI podem dar subsídios nessa questão. Informou que a Marinha já especificou suas demandas e mostrou-se inflexível a mudanças.

- ✓ Luis de La Mora (UFPE) avaliou que a Câmara Técnica poderia conversar com o Secretário Antônio Alexandre sobre a viabilidade econômica do Plano, e sugeriu que seja realizada uma oficina com esse objetivo.

- ✓ João Domingos (Poder Público) concordou com a importância do aprofundamento do tema. Colocou que o volume de demanda para investimento no território é muito superior aos recursos que podem ser gerados pela operação que está proposta e avalia que essa discussão tem um caráter mais técnico e, por isso, acha que a participação deve priorizar atores que, de fato, possam contribuir.

- ✓ Luis de La Mora (UFPE) colocou que a responsabilidade pela comprovação da viabilidade cabe ao proponente do Plano, no caso, o Poder Público Municipal. Reforçou que a Câmara se coloca a disposição para colaborar.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) defendeu que a realização de uma oficina com esse objetivo poderá contribuir para o tema. Considera que o plano preliminar definido para a ZEIS não mostra a realidade, pois não se tem a definição dos investimentos necessários. Considera que o investidor deve, de fato, saber o nível de seu investimento, para evitar surpresas à comunidade.

- ✓ João Domingos (Poder Público) falou sobre a vinculação dos investimentos na Vila Naval com a contrapartida por parte do empreendedor, da elaboração do Plano Urbanístico da ZEIS.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) colocou que do jeito que está previsto no Plano Santo Amaro Norte, o empreendedor pode até elaborar o Plano Urbanístico da ZEIS, mas não fica assegurada a execução.

- ✓ João Domingos (Poder Público) reiterou que a definição da execução de obras na ZEIS ~~é~~ será feita com a elaboração do Plano Urbanístico definitivo para a ZEIS.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) indagou se há contrapartida para elaboração do Plano com as intervenções.

- ✓ João Domingos (Poder Público) esclareceu que a execução de obras na ZEIS é uma prerrogativa do Poder Público e que isto pode ser feito junto ao empreendedor ou não. Quanto à Vila Naval, ressaltou que por ser um território que sofrerá alterações maiores, ocorrerá geração de um ônus para a operação e deve-se considerar os custos e saldos gerados para analisar a viabilidade econômica do Plano. Considerou importante a participação efetiva do mercado imobiliário e para isso, acha interessante marcar uma discussão específica, com base nas premissas, demandas e receitas para analisar a viabilidade econômica do Plano.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) colocou que o setor imobiliário, na RMR, dispõe de 7000 unidades em estoque e que o mercado, hoje em dia, movimenta apenas 1/3 do volume investimentos se comparado a outros tempos, como no início da década. Afirmou que o interesse do mercado imobiliário sobre a Vila Naval é praticamente nulo. Comunicou que a população em geral tem interesse em morar em bairros como Boa Viagem, Torre, Pina e Madalena, por exemplo.

- ✓ Sandra Nunes (Poder Público) lembrou os novos empreendimentos em Santo Amaro como exemplo de que há uma mudança do setor imobiliário demonstrando interesse para investir na região de Santo Amaro. Ressaltou que o arrefecimento ocorreu por conta da crise econômica nacional.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) asseverou que esses investimentos em Santo Amaro são antigos e que hoje esse interesse diminuiu. Com relação à previsão da Outorga Onerosa no Plano Santo Amaro Norte, acredita que a outorga onerosa não baixa o valor do terreno e que o valor de sua contrapartida pode vir a ser repassado para o consumidor. Lembrou que o custo de mão de obra subiu, e que, atualmente, o mercado se encontra com um número reduzido de investimentos.

- ✓ João Domingos (Poder Público) disse que o aumento nos custos da construção civil não altera o valor do terreno e, portanto, não inviabiliza a aplicação do instrumento da outorga onerosa, mas que essa é uma discussão que precisa ser feita.

- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) colocou que se a Marinha não participar, haverá o risco do Plano não se concretizar. Comparou com o caso do Projeto do Cais José Estelita, onde há uma contrapartida em ações mitigadoras alta para o empreendedor, que reduziu o seu interesse, e assim, dificultou os investimentos no projeto. Exemplificou, também, o projeto para o Shopping no Jiquiá, que está paralisado diante do elevado valor do terreno. Avalia que se não houver redução do valor das contrapartidas,-isso pode inviabilizar o Plano.

- ✓ José Fernandes (Poder Público) avaliou que todas as considerações são pertinentes, considerou que o espaço de debate na Câmara é salutar para aperfeiçoar e viabilizar o Plano. Destacou a importância de focar o Plano, mas não se deixar de dar atenção a outros temas em debate como os planos de mobilidade, drenagem e habitação de interesse social e a regulamentação de instrumentos de ordenamento urbano, como o Estudo de Impacto de Vizinhança, dentre outros.

- ✓ Gloria Brandão (Poder Público) reiterou a importância de ampliar o prazo de discussão para realizar o debate sobre a viabilidade econômica, onde os diversos atores da sociedade devem participar. Comentou que o Plano Santo Amaro Norte focaliza apenas um inciso do artigo 193 do Plano Diretor, contudo a área em sua totalidade é alvo de aplicação de vários instrumentos urbanísticos. Avalia que a Câmara Técnica deve se debruçar sobre uma discussão estratégica para a priorização das áreas de intervenção a serem objeto de plano específico, como as margens de rio, por exemplo, que são alvo do Plano de Manejo. Sugeriu que a Câmara se detivesse na lista de áreas especiais apontadas pelo Plano Diretor para que, de fato, se antecipe o planejamento dessas áreas. Solicitou a verificação dos prazos que estão sendo cobrados.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) retomou a questão da outorga onerosa. Ressaltou que não se deve deixar de regulamentar e aplicar o instrumento pelo fato do mercado imobiliário estar em um período de baixa. Expôs uma experiência aplicada em Porto Alegre com a utilização de um mecanismo de leilão, a partir de um estoque de potencial pré-definido por áreas da cidade. Lembrou o fato de que muitos empreendimentos foram realizados no Recife sem regulamentação dos devidos instrumentos e que a cidade perdeu uma grande oportunidade. Considera que fora o Plano de Santo Amaro Norte, não se deve debruçar sobre novos planos especiais, mas esperar o Plano Diretor. Aproveitou o momento para elogiar a DDPC que abriu a discussão sobre os procedimentos para proteção do patrimônio, desde o início dos trabalhos, na Câmara Técnica de Patrimônio. Pensa que a discussão do orçamento do Plano Santo Amaro Norte é fundamental, pois a comunidade precisa saber o que ela vai validar.

- ✓ João Domingos (Poder Público) argumentou que a ZEIS apresenta um demanda extensa por investimentos. Não acredita, desse modo, que o Plano da Vila Naval será suficiente para cobrir todos os custos. Expôs, ainda, a necessidade de desenvolvimento do Plano da ZEIS, de se buscar mecanismos de financiamento e avaliar, via negociação financeira dos investimentos da Vila Naval, sua capacidade de repasse de valores para a ZEIS.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) considerou que o Plano deve estabelecer uma lista de prioridades para embasar a negociação com o empreendedor.

- ✓ João Domingos (Poder Público) colocou que é preciso considerar os vários interesses existentes, mas não é preciso deixar de aplicar o instrumento como a outorga onerosa. Lembrou que a reunião da Câmara Técnica prevista para o dia 13/09/17 terá como pauta a discussão dos instrumentos urbanísticos, mas que o que está posto é a aplicação da outorga onerosa para captação de mais valia fundiária já no Plano Santo Amaro Norte.

- ✓ José Fernandes (Poder Público) chamou atenção para o aspecto de que o Plano Santo Amaro Norte converge para si vários instrumentos e diretrizes do Plano Diretor vigente e aponta elementos que estarão presentes no debate a ser realizado na elaboração do Plano de Ordenamento Territorial, que tratará da revisão do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e da Lei de Parcelamento.

- ✓ Arnaldo Umbelino (Poder Público) disse que a viabilidade econômica do Plano deve ser considerada, mas que a existência ou não de recursos para a execução, não deve ser vista como uma imposição, pois o planejamento se antecipa aos recursos e deve ser um instrumento para a captação. Falou que o Plano Urbanístico da ZEIS é um projeto e não deve ser implantado enquanto não estiverem concretizados os recursos, para não frustrar a população. Ressaltou que o Plano é uma ferramenta de ordenamento da cidade e deve ser efetivado.

- Vera Freire (Poder Público) avaliou que é realmente necessária uma discussão maior sobre o Plano. Quanto aos números, é muito importante sua avaliação. Sobre o diagnóstico elaborado, pode ser utilizado como referência para definir cenários e para analisar sua viabilidade econômica.

- João Domingos (Poder Público) considerou que a ampliação do prazo para o debate sobre o Plano já está sinalizada, inclusive para a discussão sobre a viabilidade econômica. Quanto à agenda do dia 08/09/17, informou que deverá ser alterada. Em relação à reunião do dia 13/09/17, falou que deverá ocorrer a discussão sobre a outorga e outros instrumentos. Quanto ao EIV, disse que será entregue um documento, também no dia 13/9/2017, para ser discutido no dia 27/09/17. Informou, também, que a Câmara deverá definir uma agenda específica para as discussões referentes ao Plano Santo Amaro Norte.

- Leonardo Cisneiros (DU) propôs realizar uma reunião ampliada para o debate sobre essa questão.

- João Domingos (Poder Público) colocou que a Câmara pode realizar uma reunião ampliada com convidados externos para pautar essa discussão. Avalia que a discussão deve ocorrer como em uma roda de diálogo e não como caráter expositivo. Ressaltou que se deve privilegiar o caráter técnico dessa discussão. Propôs realizar a discussão dia 18/09/17, no horário da manhã. A proposta foi aceita por todos os presentes.

- Fernando de Alcântara (Poder Público) fez referência à proposta de Vera Freire (Poder Público) sobre a construção de um cenário o qual leve em consideração as oportunidades e a realidade para que seja modelada a proposta.

- Felipe Cury (Movimento Resiste Santo Amaro) falou que a avaliação de Sandro Guedes (ADEMI) foi muito boa, pois é necessário saber o diagnóstico da demanda do mercado imobiliário. Ponderou que a fala dele fragiliza o que está posto no Plano. Reforçou a importância da escuta da comunidade, enfocou a importância de quebrar alguns preceitos, pois a comunidade não é contra o Plano ou a execução dos empreendimentos da Vila Naval e deseja participar dela. Disse que se deve observar que, historicamente, há a negociação da comunidade com o poder público e não com o mercado imobiliário. Por outro lado, não se pode esquecer que o mercado imobiliário está em crise. Frisou a importância em informar qual o interesse da Marinha em investir. Questionou o que será apresentado no dia 05/09/17, na reunião que acontecerá na ZEIS Santo Amaro, pois a comunidade espera propostas concretas. Expôs que isso está posto desde o início da elaboração do Plano com a condução da UNICAP. Avalia que ocorreu uma precipitação da Prefeitura da Cidade do Recife em divulgar o Plano sem uma maior explicação à comunidade. Questionou quantas reuniões ocorreram com a Marinha e ressaltou que as ações não podem ser vistas de forma pontual. Colocou que é importante que se constitua um fórum para a participação dos representantes da comunidade de modo a assegurar o atendimento das suas demandas. Reforçou que é importante que se façam estudos específicos, pois Santo Amaro tem situações bem peculiares. Considerou que o temor da comunidade veio, sobretudo, pela divulgação feita pelos meios de comunicação, pois foi tratado de forma nivelada, sem que se considerassem as situações particulares da comunidade. Crê que a reunião que se realizará em Santo Amaro é insuficiente

para atender às demandas da comunidade. Sugeriu dotar o projeto de propostas concretas para negociar sua viabilidade econômica. Disse que devem considerar a possibilidade de construir conjuntamente as propostas de forma imediata, mesmo antes da constituição da COMUL, pois esta vai demorar. Avalia que deve se investir na constituição de um debate mais estruturado com a participação de todos os atores interessados (comunidade, Poder Público e mercado imobiliário), pois existe o desejo de construir um projeto diferente do que se tem atualmente.

- ✓ André Torres (Movimento Resiste Santo Amaro) reclamou que o secretário Antônio Alexandre, na Audiência Pública, teve um tempo de fala muito maior do que o dado à comunidade. Explanou que a Prefeitura da Cidade do Recife realizou a maior parte da mobilização através dos meios de comunicação de massa. Expôs que a população se encontra apreensiva e em pânico, não se identifica com as intervenções no local e quer participar do projeto. Propôs a participação do Movimento Resiste Santo Amaro nessas próximas fases.

- ✓ Camila Ferreira (Rede meu Recife) reafirmou a preocupação da sociedade civil sobre a proposta do Plano. Sugeriu que se fizesse um esforço de comunicação para se adequar a linguagem do Plano, para possibilitar o entendimento do cidadão comum, para repassar à sociedade o que realmente o Plano propõe. Observou que o projeto carece de propostas mais humanizadas. Destacou que há um problema de comunicação grave, pois o fato de informar o site não esclarece para todos os mecanismos de acesso. Perguntou se há previsão para realização de outras audiências e como serão repassadas as informações para a comunidade. Colocou-se à disposição para contribuir com o processo de comunicação junto à comunidade.

- ✓ Luis de La Mora (UFPE) disse que o prazo dado para as contribuições foi até 08/09/17, mas que o relatório divulgado pela UNICAP aponta para um debate de aprofundamento técnico sobre a questão habitacional e verificou que se pretende marcar, além disso, uma reunião para discussão econômica após dia 08/09/17. Por julgar que o Plano mostra uma fragilidade técnica, econômica e de participação, solicita que na discussão sobre viabilidade econômica seja apresentada uma demonstração financeira do Plano, como também, sejam revisados os prazos estabelecidos.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) reforçou a necessidade do adiamento dos prazos estabelecidos. Pensa que há a necessidade de esclarecimentos de dúvidas e opiniões a serem analisadas, para serem geradas as proposições. Crê que o data 08/09/17 pode ser uma referência, onde após o recebimento dessas questões, haja um prazo para devolução. Sugere que se faça outra Audiência Pública com o objetivo de devolver à sociedade os questionamentos encaminhados.

- ✓ João Domingos (Poder Público) colocou que o adiamento do prazo está certo, mas que até o momento, o ICPS não recebeu nenhuma contribuição ou questionamento. Informou que quanto ao parecer dado pela UNICAP, pode servir como um ponto de partida para a discussão, mas que deve ser alvo de análise do documento. Ressaltou que deseja agregar o máximo de informações possíveis para complementar o Plano. Informou que quanto ao prazo, já está prorrogado, e que antes do dia 08/09/17, será sinalizada outra data. Com relação à participação da comunidade é importante que se identifique suas representações para definir os seus interlocutores. Disse que,

quando o processo foi iniciado, havia uma dinâmica econômica diferente, mas é importante que se construam respostas às demandas para a Marinha, para a comunidade e para o mercado imobiliário. Agora, deve-se avaliar o que se tem e o que se construirá para o futuro. A proposta objetivou regulamentar um território com potencial de dinamização econômica e a sua viabilidade econômica depende de diversos fatores. Reforçou que é imprescindível a inclusão da Marinha nesse processo.

- ✓ André Torres (Movimento Resiste Santo Amaro) perguntou sobre os atores que estão sendo articulados para a reunião do dia 05/09/17, pois o movimento do qual representa não foi comunicado.

- ✓ João Domingos (Poder Público) respondeu que essa demanda foi expressa por Dona Marli (moradora de Santo Amaro) que tratou com a Secretaria de Governo. Enfatizou que essa proposta foi pública, pactuada na Audiência.

- ✓ Glória Brandão (Poder Público) reiterou a proposta de Felipe Cury (Movimento Resiste Santo Amaro) de constituir um fórum que antecede a COMUL e que neste haja a participação do PREZEIS. Argumentou que qualquer que seja o caminho, o PREZEIS deve ser fortalecido. Frisou que devem valorizar quem de fato tem compromisso e evitar as confusões internas. Pontuou que o diálogo deve ocorrer em uma instância que agregue todos os representantes da comunidade. Sugere que o fórum tenha a representação do PREZEIS e representantes do Conselho da Cidade.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) defendeu que a representação do fórum deve respeitar pessoas que já tenham mandato e não convidados. Sugeriu criar grupo de trabalho com a participação de entidades externas ao Conselho.

- ✓ João Domingos (Poder Público) argumentou que a constituição de um fórum é legitimo, mas que se deve considerar o trâmite regulatório do próprio PREZEIS. Por outro lado a comunidade de abrangência do Plano vai além do território, pois, este é também um corredor viário de importância para toda a cidade e para a porção norte da região metropolitana. Ressaltou que é importante que se tenha um processo de discussão com objetivo de criar consensos e não se criar um fórum que deslegitime o Conselho da Cidade.

- ✓ Felipe Cury (Movimento Resiste Santo Amaro) se referiu aos espaços legitimados da comunidade e que se devem considerar os representantes do Recife Participa, além de outros da comunidade.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) disse que, nessa discussão, há interesses difusos, como os ambientais, patrimoniais e deve se aprofundar a discussão sobre a proposta do grupo de trabalho na comunidade. Enfatizou a ideia de reforçar a participação do Conselho da Cidade na comunidade.

- ✓ João Domingos (Poder Público) considerou que o principal objetivo do Poder Público é realizar um debate técnico, de forma a mediar e atender às várias demandas e buscar um debate construtivo, que é o papel do funcionário público. Mencionou as dificuldades de comunicação que

aconteceram, tanto do Poder Público, quanto dos movimentos Direitos Urbanos, Movimento Resiste Santo Amaro e PREZEIS, que ocasionaram entendimentos incorretos por parte da Comunidade a respeito do conteúdo e dos objetivos do Plano.

- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) afirmou que há riscos de remoção de moradores da comunidade e cabe ao movimento esclarecer à população sobre essas questões.

- ✓ João Domingos (Poder Público) reiterou que o princípio do esclarecimento correto à população deve acontecer sempre, pois o Plano não prevê remoção, mas reassentamento e relocação de moradias em condições mais críticas e para viabilizar melhorias para toda a Comunidade.

- ✓ Arnaldo Umbelino (Poder Público) colocou que a área da ZEIS que, atualmente, é de 29% de todo o território do Plano, será ampliada para 37%, sendo, portanto, um ganho para a fixação da comunidade.

- ✓ João Domingos (Poder Público) reiterou que a data limite de 08/09/17 prevista para as contribuições passa a ser de solicitação de esclarecimentos e que uma nova data limite para contribuições será definida posteriormente. Avaliou que a reunião se realizou com resultados positivos e reforçou que a discussão do Plano vai contemplar a comunidade. Falou que é possível adequar o cronograma. Colocou que na próxima reunião do conselho, prevista para o dia 14/09/17, haverá a apresentação de informes e o indicativo de ponto de pauta da Câmara Técnica. Em seguida, encerrou a reunião agradecendo a todos os presentes.

Encaminhamentos:

- ✓ Dia 05/09/17 – Discussão do Plano Santo Amaro Norte na comunidade;

- ✓ Dia 08/09/17 – Prazo para solicitação de esclarecimentos referentes ao Plano;

- ✓ Dia 13/09/17 – Reunião da Câmara Técnica para discussão dos instrumentos urbanísticos (outorga onerosa, TDC e PEUC);

  (nota: a reunião citada foi posteriormente remarcada para dia 18/9/2017 e depois novamente remarcada para 25/9/17)

- ✓ Dia 18/09/17 – Reunião ampliada da Câmara para discussão da viabilidade econômica do plano.

  (nota: a reunião citada foi posteriormente remarcada para 25/9/17).

- ✓ Dia 27/09/17 – Reunião da Câmara Técnica para discussão do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV).

PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 7ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente

Conselheiros presentes que integram a Câmara Técnica:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Alexandre Sávio (Poder Público)	
João Domingos Azevedo (Poder Público)	
José Fernandes Júnior (Poder Público/Suplente)	
Leonardo Cisneiros (DU)	
Luis de La Mora (UFPE)	
Sandra Nunes (Poder Público)	
Sandro Guedes (ADEMI)	
Vera Freire (Poder Público)	